

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA POPULAR

Andréa Karla de Souza Gonzaga¹ (andrea_karla1@yahoo.com.br)

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação (UFPB). A temática inclusão social também vem se desenvolvendo de forma ampliada nos debates acadêmicos, em que se discute a necessidade de se desenvolverem novos estudos. Este trabalho teve como objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência na Escola de Educação Básica - UFPB; identificar quais as concepções das coordenadoras e professoras da instituição sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular e quais as metodologias que empregam para a promoção das aprendizagens dos alunos com deficiência. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve início com o estudo bibliográfico acerca da temática da inclusão, buscando rememorar a historicidade - da Educação Especial à Educação Inclusiva - bem como identificar as políticas públicas educacionais, as normas e as leis que regulamentam uma educação de qualidade para todos e a sua aplicabilidade na escola regular, promovendo a inclusão dos alunos com deficiência. Parte do pressuposto de que a criança com deficiência é parte integrante da sociedade e detém habilidades a serem desenvolvidas. Foi possível constatar a resistência e a luta das professoras para desenvolverem uma proposta de práticas inclusivas e as iniciativas para o despertar de práticas educacionais de inclusão, para promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos com deficiência. Os dados da pesquisa apontaram que a inclusão é um processo a ser construído com a participação da escola, da família e da sociedade.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Toda criança precisa de uma escola para aprender, e não, para ficar segregada em salas especiais ou ser integrada à escola regular sem atendimento necessário para que seu desenvolvimento seja pleno.

¹ A autora possui Mestrado em Educação (UFPB), especialista em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica (FECR) e graduada em Pedagogia (UFPB) atualmente é professora do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Nessa perspectiva, objetiva-se apresentar os resultados de uma pesquisa que foi desenvolvida na perspectiva da construção de uma escola pública pautada numa proposta curricular que tem a intenção de efetivar, através de práticas metodológicas, a inclusão, com a participação de todos da comunidade escolar, firmando o compromisso com a cidadania, e em que as ideias sejam pautadas na valorização dos seus alunos de maneira peculiar, possibilitando a construção de suas identidades e uma aprendizagem significativa.

2 A INCLUSÃO E AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Durante a investigação, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizada como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada para fundamentar e analisar a efetivação das concepções e práticas dos documentos internos no cotidiano escolar, bem como para identificar os processos de inclusão dos alunos com deficiência.

A entrevista foi realizada com três coordenadoras, uma auxiliar de sala e, apesar de o quadro funcional ser composto de 13 professoras, apenas duas que trabalham com alunos com deficiência e que atuam nas turmas Pré II “A” e Pré II “B” se disponibilizaram a ser entrevistadas e não apresentaram nenhuma objeção em contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, estando, pois, abertas para trocar conhecimentos. Contudo, era perceptível a ânsia de querer informar que não se sentiam preparadas para desenvolver um trabalho de inclusão e que a capacitação estava ocorrendo no fazer escolar, através dos desafios enfrentados na sala de aula, em que se busca a superação para obter um rendimento eficaz acerca das aprendizagens dos alunos.

A falta de capacitação profissional também foi apontada nas pesquisas de Rodrigues (2009), Castelo Branco (2007), Araújo Júnior (2007) e Tristão (2004) em relação à prática pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental nas séries iniciais. Diante essa afirmação, percebe-se a necessidade de se reverem as práticas educacionais e pautar um currículo com profissionais que priorizem a construção do conhecimento, considerando as experiências do educando. De acordo com Silva e Silva (2009, p.25),

[...] a escola continua sendo necessária à democracia da sociedade. No entanto, convém lembrar que não há escolas sem professores. Daí a importância de discutir a formação dos professores e a prática educativa na construção do conhecimento para atender as novas exigências agregadas às que já se impunham até o momento.

A formação do professor e a prática educativa são sobremaneira importantes quando se considera o seu contexto histórico, social, político e econômico para promover uma reforma educacional que objetive a qualidade do ensino.

As professoras recorrem a bibliografias, a sites, a palestras promovidas pela instituição, a artigos e a reportagens cedidos pela gestão 2008-2010 do estabelecimento educacional. Mas, afirmam que isso não é o suficiente para efetivar a inclusão. Quando perguntadas sobre qual a formação necessária para se trabalhar com o aluno com deficiência na promoção da inclusão. Esse relato das professoras ratifica-se com a fala da coordenadora pedagógica da escola supracitada, que indica como uma das dificuldades encontradas para promover o desenvolvimento escolar das crianças com deficiência.

Quanto à relação família-escola, busca sempre promover reuniões com os pais para que haja a integração, o que facilita o convívio com os professores, mantendo-os sempre informados sobre os acontecimentos e o desenvolvimento de seus filhos.

No decorrer das observações, vimos que, mesmo com as iniciativas prestadas ao corpo docente da escola através palestras, ele apresenta dificuldades, porque mudar é difícil. Efetivar na prática a concepção de educação, os processos metodológicos para o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, no que concerne ao processo de inclusão escolar, tem sido um desafio para os professores e gestores.

Sabe-se, no entanto, que a caminhada é árdua e requer do profissional compromisso para com a sociedade e consigo mesmo, pois o processo educacional não é mais transmitido do professor para o aluno, mas construído, tendo como participantes ativos desse processo aluno e professor e professor e aluno. Essa relação se dá através do processo de ensino e de aprendizagem. No entanto, os professores são conscientes de que há necessidade de mudar e querem promover metodologias eficazes para o desenvolvimento do aluno, mas apontam que uma das dificuldades encontradas para a aplicação das políticas públicas educacionais é a falta de pessoas capacitadas.

É interessante e satisfatório ver que os profissionais entrevistados da EEBAS têm a consciência de que é necessário mudar as práticas pedagógicas e buscar métodos que possam promover uma aula prazerosa para os alunos, sejam eles deficientes ou não, mas que têm um único objetivo, que é a aprendizagem, respeitando as diferenças. Em suas aulas, elas afirmam que são utilizados como recursos didáticos para promover o desenvolvimento dos alunos atividades com jogos, recursos visuais, musicais, dramatização, entre outros. Tudo o que favoreça a sua autonomia.

E essa diversificação nas aulas ajuda no processo do desenvolvimento cognitivo. A esse respeito, nos deparamos com as Teorias de Piaget e de Vygotsky e é possível afirmar que ambos concebem a criança como um ser ativo, atento, que, constantemente, cria hipóteses sobre o seu ambiente.

A relação entre os alunos, durante as atividades pedagógicas e recreativas, é de perfeita harmonia, porquanto todos interagem sem nenhuma distinção, respeitam-se mutuamente, e os alunos “tidos normais” prestam auxílio aos deficientes, por iniciativas próprias, sem intervenção dos professores. Presenciei uma aluna de cinco anos questionando a professora com um olhar preocupado, dizendo: *“Tia como vou fazer para ajudar J.P aprender a fazer a sua tarefa?”*. A criança a que se referia tem síndrome de Down, e pelas próprias limitações da síndrome, necessita de um acompanhamento especial para que possa suprir os déficits cognitivos. Gradativamente, no entanto, as professoras estão sendo preparadas para esse novo desafio, que é compromisso nosso, educadores, participar do processo de promoção desses indivíduos da sociedade.

Esse trabalho realizado com os alunos com deficiência possibilita o convívio social, e no nível de aprendizagem, essas experiências contribuem para sua formação como ser individual.

3 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: EXCLUSÃO E INCLUSÃO

As pessoas com deficiência sempre encontraram obstáculos para se sentir ou estar envolvidas com o seu contexto social, devido às práticas reguladoras que as sociedades têm imposto para os que são diferentes, o que dificulta que aceitem os que se

distanciam dos padrões estabelecidos por elas. Essa situação permeia as sociedades desde a antiguidade e persiste em existir até os dias atuais.

Reconhecer o processo de inclusão das pessoas com deficiência requer a compreensão do contexto histórico da educação e as concepções pedagógicas acerca da deficiência, o que nos remete a assimilar as práticas decorridas em cada época, buscando compreender as influências dessas ideias para a educação e para o desenvolvimento das aprendizagens significativas da pessoa com deficiência.

3.1 Metodologia da Pesquisa nas trilhas da Inclusão

A concepção de pesquisa que serviu de base para demarcar a trilha metodológica dessa investigação foi baseada na abordagem qualitativa, que envolve estudos empíricos sobre o cotidiano escolar, o processo de inclusão nas escolas regulares, no contexto da realidade social. Conforme indica Gonsalves (2003, p.68), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, ou seja, que envolve a compreensão humana. E analisar a compreensão humana implica uma abordagem que remata a aproximação dos sujeitos com a pesquisa, validando a preocupação de não tornar o estudo uma redução à operacionalização de variáveis. Minayo (1996, p.21-22) afirma que

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações e crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No âmbito da epistemologia, a pesquisa qualitativa tem o propósito de fazer suas abordagens de maneira holística, ou seja, vendo o ser como um todo, e não, em fragmentos, analisando os aspectos sociais, cognitivos, emocionais, culturais e econômicos. Nessa perspectiva, o pesquisador observa não apenas o objeto, mas também o seu contexto. Nesse momento há uma aproximação entre ele e o objeto, com o intuito de coletar e organizar informações que lhe possibilitem obter dados através da perspicácia dos detalhes. O desenvolvimento e as conclusões podem sofrer alterações no

processo de construção, pois a análise e os significados emergem da percepção dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, frequentemente, é associada aos estudos no contexto histórico, antropológico e etnográfico, pela sua singularidade perante as abordagens no âmbito desse conhecimento. É possível essa análise, devido ao fato de os problemas emergirem no contexto social e terem diversas causas, pois essas variáveis podem ou não interagir e ampliam a compreensão para que se torne viável o conhecimento dos fatos humanos e sociais.

A maior preocupação dos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa é a apreensão dos fenômenos a partir do ponto de vista dos participantes, numa relação em que predomina o diálogo como fundamento da confiança em que ambos - pesquisador e sujeito - encontram-se num mesmo patamar de interação. Essa postura facilitou a troca de ideias durante as entrevistas realizadas com as professoras do ensino regular infantil na EEBAS/UFPB.

O objeto de pesquisa é definido e deve se relacionar com o referencial teórico utilizado na fundamentação da análise e na problemática investigada. Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola de ensino regular em nível de Educação Infantil. Nesse caso, foi verificada a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais, no tocante à inclusão de crianças com deficiência de 0 a 5 anos na EEBAS/UFPB e as metodologias utilizadas para o desenvolvimento das aprendizagens significativas.

Para esta investigação, foram escolhidas como sujeitos da pesquisa as crianças com deficiência, matriculadas na EEBAS/UFPB, seus professores e coordenadores, com o objetivo de investigar seu processo de inclusão na Educação Infantil, na escola regular, buscando identificar o conhecimento das professoras sobre essa temática e suas Políticas Públicas, bem como sua afetivação na prática escolar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário utilizar os seguintes procedimentos metodológicos básicos:

O levantamento bibliográfico, que possibilitou, através dos estudos de Voivodic (2004), Mantoan (1997), Bueno (2001), Pacheco (2007), entre outros, compreender a construção/reconstrução de conceitos para a análise do processo de investigação das políticas públicas educacionais, bem como o processo de inclusão na instituição de ensino. Esse procedimento inicial é importante porque o investigador tem a possibilidade de conhecer o que já foi produzido sobre a temática abordada, em que

busca apreender relevância do tema, podendo contribuir científica e academicamente para a construção e/ou confirmação de algo estabelecido, como refere Gonsalves (2003, p. 34):

Caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica o pesquisador vai se deparar com dois tipos de dados: aqueles que são encontrados em fontes de referência (dados populacionais, econômicos, históricos etc.) e aqueles dados especializados em casa área do saber, indispensáveis para o desenvolvimento da sua pesquisa.

Por meio da pesquisa bibliográfica, realizei uma revisão da literatura sobre a temática da inclusão, um tema que proporciona a inquietação no âmbito educacional. Assim, foram feitas pesquisas em livros, revistas científicas, monografias, dissertações e teses sobre as relações existentes na historicidade da sociedade de antigamente e a atual, fazendo um elo para análise e críticas acerca do eixo Inclusão. No que se refere às Políticas Públicas Educacionais, analisei as proposições da Declaração de Salamanca (1994), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N. 9394/96 e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - RCNEI-1998, que indicam a inclusão desses alunos em salas regulares.

Com o objetivo de conhecer a estrutura funcional e pedagógica da escola, foi realizada uma pesquisa documental na EEBAS/UFPB, a partir do Projeto Político-pedagógico e da Proposta Curricular, que indicaram que a EEBAS/UFPB tem uma proposta pedagógica inclusiva. A Proposta Curricular da Escola de Educação Básica apresenta sugestões metodológicas que podem ser aplicadas no cotidiano escolar, o que possibilita a execução dos objetivos que constam do Projeto Político-pedagógico da instituição e que se pautam em aspectos filosóficos e epistemológicos de construção do conhecimento, em que os alunos são os protagonistas do processo de aprendizagem. Nesse sentido, é objetivo da escola o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, através de situações educativas de cuidado, educação e aprendizagem, visando formar pessoas conscientes, críticas e autônomas. Os documentos estão embasados nas normas e leis que regem a Educação Inclusiva.

A pesquisa também se caracteriza como empírica, pois buscou dados relevantes obtidos através das experiências cotidianas das professoras a partir de observações nas turmas do Pré II “A” e “B” da EEBAS/UFPB, que têm alunos com deficiência. No Pré II “A”, há uma criança com síndrome de Down, e no Pré II “B”, um aluno com autismo. A escola vem desenvolvendo uma proposta de inclusão, construída com base em seu Projeto Político-pedagógico.

Para identificar as concepções e as práticas metodológicas realizadas no fazer cotidiano da escola pesquisada e como vem se processando na prática o que regulamentam as leis e normas que regem as Políticas Públicas da Educação Inclusiva, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras e as coordenadoras.

Marconi (1990, p.85) denomina a entrevista semiestruturada como despadronizada, na modalidade de “entrevista focalizada”, que ocorre da seguinte forma:

Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do entrevistador.

Dessa maneira, a entrevista se desenvolve numa conversa informal, para que o entrevistado, no caso, as professoras, sintam-se à vontade para expressar suas concepções sobre o referido assunto - a “inclusão educacional” - contribuindo para que a pesquisa se desenvolva significativamente e para que a coleta dos dados seja rica em detalhes, o que promove maior interação entre a pesquisadora e as entrevistadas e, conseqüentemente, os acontecimentos sejam compreendidos.

O procedimento metodológico empregado na pesquisa foi o estudo de caso, para podermos identificar como se processa a inclusão na referida instituição, pois possibilita um estudo mais profundo e detalhado do objeto pesquisado. Segundo Gil (1991), “[...] o estudo de caso é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento”. Ele a define como um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. Para Gonsalves (2003, p. 67),

o estudo de caso é o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno. É importante destacar que, no geral, o estudo de caso, ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação.

Nessa perspectiva, coletei informações do cotidiano escolar, objetivando superar as dificuldades que impedem que as práticas docentes que se articulam no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva inclusiva, sejam analisadas, com o propósito de orientar para que as políticas de inclusão educacional sejam conhecidas e efetivadas para que se proceda a uma prática educativa eficaz, que promova a inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares e o desenvolvimento das aprendizagens significativas.

3.2 A Escolha do *Lócus* da Pesquisa

A escolha do *lócus* foi realizada com objetivo de dar continuidade às experiências de pesquisas já vivenciadas na EEBAS, antes Creche-Escola do Centro de Educação², com alunos portadores de deficiência.

Nessa perspectiva, a Escola de Educação Básica iniciou a experiência de inclusão com alunos portadores de deficiência no ano de 2007, quando das matrículas de dois alunos que tinham síndrome de Down, e hoje ampliou o quadro de matrículas com alunos que têm outras deficiências, como o autismo e a deficiência mental. O seu atendimento para com essas crianças vem se desenvolvendo numa proposta de Educação Inclusiva.

A escolha por desenvolver a pesquisa na EEBAS é complementada pela abertura consciente de se promoverem pesquisas para poder analisar a efetivação do trabalho realizado, visando à promoção da pessoa com deficiência na sociedade e os princípios de reflexões filosóficas sobre a Inclusão, que têm como base o PPP, que indica:

² A autora utilizará em alguns momentos a nomenclatura “creche” invés de “Escola de Educação Básica” ou “EEBAS” por essa ser utilizada em documentos da instituição referida, bem como em documentos oficiais da UFPB, antes da Resolução 06/2010 que indica a mudança de Creche para Escola Básica.

(...) a preocupação de desenvolver um trabalho pedagógico que tenha um currículo voltado para atender as crianças com deficiência que estão matriculadas, sendo assim, promovendo a inclusão. Mesmo sabendo de seus desafios e obstáculos, alguns professores têm a conscientização de que é necessário que ocorra mudanças para que possam ter êxito no desenvolvimento das aprendizagens significativas de seus alunos. No entanto, sabe-se que nessa caminhada para a Inclusão é necessário além da conscientização de incluir os excluídos dentro de um contexto social é o agir, para que seja possível efetivar esses alunos além dos muros da escola, e sim promover a inclusão no mundo onde haja respeito às diferenças e valorização do indivíduo como pessoa integrante do meio em que vivemos (EEBAS. PPP. 2008, p. 6).

A EEBAS é vinculada ao Centro de Educação (CE) e se localiza no Campus I da UFPB, no Bairro Castelo Branco I, na cidade de João Pessoa. É uma instituição educacional que dispõe do atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A localização é beneficiada por estar inserida no interior da UFPB e fazer parte das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, tanto para alunos da graduação quanto da pós-graduação das diversas áreas de conhecimento disponíveis na Universidade. Apresenta sua contribuição, configurando-se como campo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem, um laboratório de formação das práticas educativas. Essa instituição presta serviços educacionais, disponibilizando vagas, de acordo com o calendário de matrículas, para filhos de alunos, servidores e professores da UFPB, como também para a comunidade circunvizinha.

Recebe colaboração de profissionais de diversas áreas, como fonoaudiólogas, médicos, psicólogos, etc., estudantes do Curso de Pedagogia da UFPB, como também de outros cursos, por meio de Projetos de Extensão realizados pelos professores da Universidade, o que intensifica a relação com a escola e proporciona o desenvolvimento sociocognitivo dos alunos, com deficiência ou não.

A EEBAS iniciou suas atividades com a Educação Infantil e, baseada na Lei 11.274/2006, em 2008, implantou o ensino fundamental de nove anos, beneficiando os alunos já matriculados que se encontravam em fase final da Educação Infantil, devido à faixa etária. De acordo com essas mudanças na matrícula de alunos, a instituição elaborou o PPP para que pudesse atender eficazmente às novas necessidades curriculares, como se expressa no próprio projeto:

As discussões acerca da importância do trabalho pedagógico que envolve a educação infantil ganham dimensões e passa a requerer uma proposta pedagógica-curricular que conduza educadores, famílias e a sociedade ao debate e a reflexão acerca da função social da educação na formação dos sujeitos e da cidadania. Contudo, a preocupação da instituição é como construir uma proposta educativa no conjunto das diferenças, que tenha o caráter multicultural. É necessário um currículo que respeite as diferenças – socioeconômicas, de gênero, de faixa etária, étnicas, culturais e das crianças com necessidades educacionais especiais – e que, concomitantemente, respeite direitos inerentes a todas as crianças brasileiras, e assim contribua para a superação das desigualdades sociais, o que demonstra a necessidade das instituições elaborarem as próprias propostas pedagógicas com a participação efetiva das pessoas que compõem o fazer escolar, juntamente com as famílias e as crianças inseridas na diversidade brasileira, que acolhe realidades extremamente diferenciadas. (EEBAS-PPP 2008, p. 2)

No âmbito pedagógico, a instituição procura elaborar atividades que ajudem a construir conceitos baseados em valores que envolvam respeito, solidariedade e amor, com o intuito de formar cidadãos mais conscientes e que possam respeitar as diversidades.

Sabendo que a Educação Infantil é a primeira fase da Educação Básica, a EEBAS contempla, em seu projeto pedagógico, o objetivo de desenvolver na criança os seus aspectos físico-motor, psicológico, cognitivo, afetivo, social e cultural, dando-lhes a oportunidade de se conhecer, conhecer o mundo e assimilar, por toda a vida, os conceitos construídos com como base nos pilares da Educação, que indicam: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser; a partir de processos construtivos de aprendizagem, em que o lúdico é a maneira mais prazerosa e a mais propícia para educar e cuidar, pois é nessa fase em que as crianças começam a despertar para os acontecimentos que ocorrem em sua volta, o conhecimento do mundo e a formação de uma pessoa consciente, crítica, participativa e autônoma nas relações sociais de sua realidade.

No conteúdo do PPP da EEBAS, há espaço para descobertas científicas, paulatinamente desenvolvidas no decorrer de pesquisas acadêmicas. A conscientização e a valorização são importantes para que esse processo de trocas de conhecimentos ocorra:

O desenvolvimento do processo educativo da EEBAS na UFPB representa a efetivação do compromisso social junto à comunidade universitária e circunvizinha sob a perspectiva acadêmica de formação e produção do conhecimento. Nesse sentido é um campo propício para a pesquisa, pois o espaço escolar, a sala de aula, o processo de aprendizagem e outros componentes do fazer educativo são vivenciados nas relações teóricas e práticas, constituindo inúmeros objetos de pesquisa e de proposições à inovação acadêmica e tecnológica. (EEBAS-PPP 2008, p. 3).

As mudanças no regimento da instituição estão registradas em documentos internos da instituição - o PPP e a Proposta Curricular, que foram formulados pela equipe escolar para que haja um planejamento desde a regulamentação interna à prática pedagógica com intuito de promover a inclusão no cotidiano escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência tem sido eixo de pesquisas no âmbito acadêmico. As políticas públicas educacionais nacionais e internacionais recomendam a inclusão das pessoas com deficiência em salas regulares. Diante dessas exigências cruciais, no âmbito educacional, são necessários pesquisas e estudos que possibilitem uma reflexão sobre as teorias e as práticas utilizadas, desenvolvendo ações que possam promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

A proposta de inclusão surge com a necessidade de se reverem práticas sociais e educacionais que revertam o quadro de uma sociedade que exclui os “diferentes”, devido aos conceitos de normalização. Sendo assim, conforme os registros históricos, os deficientes ficaram às margens da sociedade, por não atenderem ao perfil estabelecido, razão por que permaneceram na negligência e na segregação, ocultando suas identidades, sem o direito de exercer a cidadania.

Assim, à medida que estudamos a história da Educação Especial, ficamos impressionados pelo fato de que, mesmo durante o Século XXI, regido por leis e normas que regulamentam a inserção do deficiente em escolas regulares, nos deparamos com dicotomias entre prática e teoria, pois a inclusão não está ocorrendo de maneira eficaz, ou seja, as instituições, algumas vezes, ainda se constituem em “depósitos”, pois

não buscam desenvolver aprendizagens significativas. Aceitam as crianças com deficiência, mas não validam as leis que regem a Educação Inclusiva.

Embora o tempo seja de inclusão, com leis e normas, ainda vigora o preconceito, pois o deficiente é visto como incapaz de se desenvolver. Paralelos a essa realidade, os movimentos de inclusão buscam desmistificar essa concepção e valorizar a importância de se ter uma vida comum junto com as outras pessoas.

Os achados da pesquisa indicam que a proposta de inclusão foi inserida na EEBAS devido à luta e à persistência da gestão 2008-2010, pois foi uma administração que buscou resgatar os valores humanos, acreditando na capacidade de superação dos alunos que têm deficiência, desenvolvendo suas potencialidades de maneira peculiar.

Nessa gestão, também, perceberam-se os objetivos que impulsionaram a construção de uma escola pública de qualidade, reflexo de estudo, de planejamentos e de ações das equipes pedagógica e técnica. Das muitas conquistas ocorridas nessa gestão, destacam-se a construção do Projeto Político-pedagógico, da Proposta Curricular e a ampliação do atendimento educacional, que passou de creche para Escola de Educação Básica.

Há que se ressaltar que o processo de inclusão na instituição é considerado desafiador e caminha em passos lentos. Para que possa se efetivar, necessita de romper o tabu da incapacidade dos deficientes, e isso requer compromisso e dedicação das professoras com a educação. Precisa, ainda, de profissionais com formação adequada, pois as professoras que atuam diretamente com as crianças com deficiência indicam a fragilidade nas ações e intervenções pedagógicas perante a deficiência. No entanto, algumas professoras que não têm inserido em sala de aula alunos com deficiência são indiferentes e não acreditam na superação e na potencialidade desses alunos, dando ênfase as suas dificuldades e limitações. A inclusão escolar possibilita que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de se desenvolver holisticamente, nos aspectos social, emocional e cognitivo.

Em relação ao contexto educacional, acompanhamos a trajetória de concepção das creches, o que resultou no modelo atual, em que, além do cuidar, preza-se também o educar. Nessa concepção sobre educação, apontamos como sendo necessária uma maior interação entre a família e a escola, para que seja possível a troca de culturas, para estimular a participação ativa dos pais no âmbito educacional, formando uma parceria com a escola, tendo como produto final a satisfação, a motivação e o desenvolvimento

dos educandos. A compreensão dessa necessidade permite que, para além da inserção social, promovam-se aprendizagens e a autonomia desses sujeitos.

Não esperamos que a situação desigual mude facilmente. Porém deve ser enfrentada com vigor, por meio da contribuição da família, que age como primeira instância social e onde se inicia o processo de construção de identidade.

Acreditamos, então, que a Educação é o resultado de um trabalho coletivo, em que se devem introduzir ideais que visam ao desenvolvimento do ser como um todo, o que resulta na construção de um indivíduo crítico, autônomo e consciente da sua participação na sociedade e de seus direitos, como protagonista da própria história, por meio do respeito à diversidade e ao reconhecimento da importância de cada um na construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, Rusiel Paulino de. **A educação musical como perspectiva para a inclusão escolar da pessoa com deficiência**. João Pessoa, 2007. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPGE-Universidade Federal da Paraíba, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BUENO, José Geraldo Silveira. Processos de inclusão-exclusão escolar, desigualdades sociais e deficiência. In: JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto & VICTOR, Sônia Lopes (orgs). **Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções**. Vitória: Editora, 2005. (105-124 p.)

BRASIL. **Plano nacional de educação especial**. 1977/1979. Brasília: MEC, 1977.

_____. **Constituição da república Federativa**. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1998

_____. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

CASTELO BRANCO, Andreza Fabrícia Pinheiro da Silva. **Educação inclusiva: concepção, formação e prática docente**. João Pessoa, 2007. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPGE-Universidade Federal da Paraíba, 2007.

EEBAS. **Projeto político pedagógico**. João Pessoa/ UFPB.2008.

_____ **Proposta curricular.** João Pessoa/UFPB.2008.

GALDINO, Ilder Layanna Arruda de Sousa. **Inclusão e aprendizagem da criança com síndrome de Down.** João Pessoa: UFPB.2010-75 p. Monografia. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. Educação Especial: diálogo e pluralidade. In: **Pesquisa e educação especial: mapeando produções.** Claudio Roberto Baptista, Kátia Regina Moreno Caiado e JESUS, Denise Meyrelles de Jesus et alii (orgs). Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

GENTILLI, Pablo. Escola e cidadania em uma era de desencanto. In: **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados.** Sirley Silva e Marli Vizim (orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil- ALB , 2001. Coleção Leituras do Brasil.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Elisa. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

GONZAGA, Andréa Karla de Souza. **O pedagogo como mediador na relação família-escola e a inclusão do portador de necessidades educativas especiais.** João Pessoa, 2007- 71 p. Monografia. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba.

JEZINE, Edineide. & SILVA, Elisângela Fidelis. Inclusão e currículo a partir das múltiplas linguagens. In: **Desafios pedagógicos: práticas educativas na escola básica.** JEZINE, Edineide (org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.(51-64p.)

JEZINE, Edineide et al. Acompanhamento do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na escola de educação básica da UFPB. In: **Desafios pedagógicos: práticas educativas na escola básica.** JEZINE, Edineide (org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. (65-76 p.)

JEZINE, Edineide. & TAVARES, Herbênia de Cássia. Planejamento na Escola: um novo olhar para a ação educativa na Escola de Educação Básica da UFPB. In: **Desafios pedagógicos: práticas educativas na escola básica.** JEZINE, Edineide (org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. (103-114 p.)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, PRIETO. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In. MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre, RS. Editora Artimed, 2007.

VOIVODIC, Maria Antonieta – **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis, RJ- Editora Vozes. TELES, Maria Luiza Silveira. Curso Básico de Sociologia da Educação. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 1986.

RODRIGUES. Cristina Cardoso. Entre fraldas e cantigas: O processo de construção profissional de professoras de crianças de 0 a 3 anos. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação da Universidade de Santa Catarina.

SILVA, Ilma Maria de Oliveira. SILVA, Roza Maria Soares. **A formação do professor e a prática educativa na construção do conhecimento.** In HERMIDA, Jorge Fernando.